



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 107

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do Veto Presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-B/64, na Câmara e nº 223/64, no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Vedula nº	Disposição a que se refere
1	Art. 28 e seus parágrafos (totalidade). (Do art. 32 (caput) as palavras: "em cada órgão executor".
2	Alínea "a" do art. 32 (totalidade). (No § 1º do art. 31 as palavras: "pelo respectivo órgão executor".
3	Do § 2º do art. 34 as palavras: "independentemente de prestação de contas ao Tesouro Nacional".
4	Do art. 31 as palavras: "no Nordeste".
5	Do art. 37 a palavra: "demais".

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 12 de agosto às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.322-B/64 na Câmara e nº 223/64 no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial);

Dia 17 de agosto às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.636-B/65 na Câmara e nº 34-65 no Senado, que concede pensões aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional e dá outras providências (veto parcial);

Dia 18 de agosto, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.364-B-61 na Câmara e nº 118-63 no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial);

- ao Projeto de Lei nº 2.703-B-65 na Câmara e nº 62-65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio, com o Governo do Brasil (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 4.187-B-62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao art. 17 do Decreto-lei número 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro (veto total).

Dia 18 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.108-C-63 na Câmara e nº 9-65 no Senado, que disciplina o pagamento de quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos Municípios (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 3.001-B-61 na Câmara e nº 35-63 no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto aqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 562-E-65 na Câmara e nº 220-66 no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial);

Dias 19 e 24 de agosto, às 21.30:

Dia 25 de agosto, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 115-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (veto parcial);

Dia 26 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.956-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (veto parcial);

Dia 28 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (veto parcial);

Dia 31 de agosto, às 21.30:

Dia 1º de setembro, às 9.30 e às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (veto parcial);

Dia 2 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.793-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-61 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1966, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 199-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (*veto parcial*);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — *veto parcial*;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (*veto parcial*).

SENADO FEDERAL

ATA DA 115ª SESSÃO, EM 11 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

José Guionard
Edmundo Levi
Martins Junior
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Manoel Dias
Menezes Pimentel
Cortez Pereira
Manoel Vilça
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Hermann Torres
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Paulo Barros
Raul Giuberti
Miguel Couto
Vasconcelos Torres
Aurelio Vianna
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Peliciano
Pedro Ludovico
Nelson Maculan
Mello Braga
Celso Branco
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá — 32.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE 5 DO MÊS DE AGOSTO

I — De agradecimento de comunicações sobre deliberações do Congresso Nacional:

Nº 298-65 (nº de origem 557) com referência ao veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1-65 (C.N.) que incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais;

Nº 299-65 (nº de origem 558) com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 223-65 (nº 2.360-B, de 1961, na Casa de origem) que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências;

Nº 300-65 (nº de origem 559) com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 173-64 (nº 333-B-63, na Casa de origem) que isenta o Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S.A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife;

Nº 301-65 (nº de origem 560) com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 111-65 (nº 2.752-B-65, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios;

Nº 302-65 (nº de origem 561), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 192-64 (nº 2.661-B, de 1961, na Casa de origem) que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais;

Nº 303-65 (nº de origem 562), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 126-63 (nº 2.570-61, na Casa de origem) que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;

Nº 304-65 (nº de origem 563), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 236-64 (nº 942-B-63, na Casa de origem) que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências;

Nº 305-65 (nº de origem 564), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 248-64 (nº 2.351-B-64, na Casa de origem) que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza;

Nº 306-65 (nº de origem 565), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 203-64 (nº 2.200-B, de 1964, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;

Nº 307-65 (nº de origem 566), com referência ao veto ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1934, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;

Nº 308-65 (nº de origem 567), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 8-64 (nº 2.569-C-61, na Casa de origem) que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;

Nº 309-65 (nº de origem 568), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 242-64 (nº 2.349-B-64, na Casa de origem) que dispõe sobre

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impressa nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 126,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

mara nº 111-65 (nº 2.752-B-65, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios;

Nº 302-65 (nº de origem 561), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 192-64 (nº 2.661-B, de 1961, na Casa de origem) que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais;

Nº 303-65 (nº de origem 562), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 126-63 (nº 2.570-61, na Casa de origem) que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;

Nº 304-65 (nº de origem 563), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 236-64 (nº 942-B-63, na Casa de origem) que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências;

Nº 305-65 (nº de origem 564), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 248-64 (nº 2.351-B-64, na Casa de origem) que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza;

Nº 306-65 (nº de origem 565), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 203-64 (nº 2.200-B, de 1964, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;

Nº 307-65 (nº de origem 566), com referência ao veto ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1934, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;

Nº 308-65 (nº de origem 567), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 8-64 (nº 2.569-C-61, na Casa de origem) que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;

Nº 309-65 (nº de origem 568), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 242-64 (nº 2.349-B-64, na Casa de origem) que dispõe sobre

a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para implantação do Plano Nacional de Viação;

Nº 310-65 (nº de origem 569), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 144-63 (nº 3.272-B-61, na Casa de origem) que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento de produção, sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias das fibras virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua fabricação;

Nº 311-65 (nº de origem 570), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 251-64 (nº 817-B-59, na Casa de origem) que permite consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro;

Nº 312-65 (nº de origem 571), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 11-64 (nº 2.499-A-64, na Casa de origem) que autoriza a cessação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, de área pertencente à União, para aproveitamento agrícola;

Nº 313-65 (nº de origem 572), com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78-64 (nº 4.245-D-62, na Casa de origem) que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do Fais e dá outras providências;

II — De agradecimento de remessa de autôgrafos de Decretos Legislativos promulgados:

Nº 314-65 (nº de origem 573), com referência ao Decreto Legislativo número 65-65;

Nº 315-65 (nº de origem 574), com referência ao Decreto Legislativo número 66-65;

Nº 316-65 (nº de origem 575), com referência ao Decreto Legislativo número 67-65;

Nº 317-65 (nº de origem 576), com referência ao Decreto Legislativo número 68-65

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil:
Ofício nº 337 SRP-65, de 4 do corrente, com referência ao Requerimento nº 438-65, do Sr. Senador Aarão Reis.

II — Do Sr. Ministro da Educação e Cultura:

Aviso nº 1.251, de 6 do corrente, com referência ao Requerimento nº 128-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

III — Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Atos de 5 de agosto de 1965

Nº B-232, com referência ao Requerimento nº 287-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-234, com referência ao Requerimento nº 233-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-235, com referência ao Requerimento nº 92-65, do Sr. Senador José Ernirio de Moraes;

Nº B-236, com referência ao Requerimento nº 237-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-243, com referência ao Requerimento nº 231-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-244, com referência ao Requerimento nº 225-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-252, com referência ao Projeto de Lei do Senado nº 72-64, do Senhor Senador José Ernirio de Moraes;

Nº B-253, com referência ao Projeto de Lei do Senado nº 26-65, do Sr. Senador Antônio Carlos;

Nº B-258, com referência ao Requerimento nº 346-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-259, com referência ao Requerimento nº 289-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-260, com referência ao Requerimento nº 234-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-261, com referência ao Requerimento nº 263-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Atos de 6 de agosto de 1965

Nº B-265, com referência ao Requerimento nº 310-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-267, com referência ao Requerimento nº 251-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-268, com referência ao Requerimento nº 221-65, do Sr. Senador Nelson Maculan;

Nº B-269, com referência ao Requerimento nº 251-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº B-230, de 5 do corrente, com referência ao Requerimento nº 347-65, do Sr. Senador Adalberto Sena;

Nº B-272, de 6 do corrente, com referência ao Requerimento nº 313-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

DIPLOMA

O Desembargador Manoel Felício Pinto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, etc.:

Faço saber que, da Ata Final da Apuração das eleições federais realizadas, nesta circunscrição, no dia 7 de outubro do corrente ano, consta terem sido apurados 366.436 votos para suplente de Senador da República, e porque foi eleito Suplente de Senador José Cândido Ferraz sob a legenda, Oposições Coligadas o candidato Manoel da Silva Dias com 119.842 votos, é conferido e expedido, nos termos do artigo 118 do Código Eleitoral, o presente Diploma ao referido eleito, para que possa investir-se no mencionado cargo e exercer-lo durante o período de 31 de janeiro de 1963 a 31-1-1971.

Teressina, 31 de dezembro de 1962.

Manoel Felício Pinto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

OFÍCIO

Do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, como segue:

Of. 338 SRP-65:

Em 4 de agosto de 1965

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Comunico a Vossa Excelência que o Senhor Presidente da República resolveu considerar insubsistentes as Mensagens nº 400, de 9 de julho último, e nº 489, de 6 de julho do corrente ano, que submeteram, respectivamente, os nomes dos Senhores Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lins de Vasconcelos Chaves, para Membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará, em face da Lei nº 4.278, de 14 de julho de 1965, que em seu artigo 81, parágrafo único, revogou o dispositivo legal determinante da audiência do Senado Federal em tais casos.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha estima e consideração. — Luiz Viana Filho, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil.

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO

DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 26, de 1965

(Nº 232-B-65, NA ORIGEM)

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do Contrato celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É determinado ao Tribunal de Contas da União registrar o Convênio nº 01-64-69, celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, mantenedora da Escola São Carlos, de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Brasília, 10 de agosto de 1965.

Nº 2.192.

Retifica autógrafos do Projeto de Lei nº 2.841-B, de 1965.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 2.841-B, de 1965, que dispõe sobre financiamento do papel de imprensa, cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — e dá outras providências:

Onde se lê:

“Art. 13

VIII — O Presidente do Sindicato Nacional dos Editores;

Leia-se:

Art. 13

VIII

VIII — O Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros;

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário.

Brasília, 10 de agosto de 1965.

Nº 2.103:

Retifica autógrafos do Projeto de Lei nº 2.889-B, de 1965.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 2.899-B, de 1965, que dispõe sobre a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais e Universidades.

Onde se lê:

“Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.”

Leia-se:

“Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário.

Brasília, 10 de agosto de 1965.

Nº 2.104:

Retifica autógrafos do Projeto de Lei nº 2.901-B, de 1965.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 2.901-B, de 1965, que dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e das outras providências. Onde se lê:

“Art. 1º Para efeito de cobrança do imposto sindical dos empregadores rurais não organizados sob a forma de sociedade com capital registrado, entender-se-á como capital o do imóvel explorado, aplicando-se sobre este as percentagens da tabela progressiva de que trata o art. 680 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e modificado pelo art. 1º da Lei nº 4.140, de 21 de setembro de 1962, ressalvado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.882, de 11 de dezembro de 1964.”

Leia-se:

“Art. 1º Para efeito de cobrança do imposto sindical dos empregadores rurais não organizados sob a forma de sociedade com capital registrado, entender-se-á como capital o valor adotado para lançamento do imposto territorial das terras do imóvel explorado, aplicando-se sobre este as percentagens da tabela progressiva de que trata o art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e modificado pelo art. 1º da Lei nº 4.440 de 31 de setembro de 1962, ressalvado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.882, de 11 de dezembro de 1964.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protes-

tos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário.

OFÍCIO

Nº 2.131:

Brasília, em 11 de agosto de 1965.
Assunto: Retifica autógrafo do Projeto de Lei nº 2.908-A, de 1965.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 2.908-A, de 1965, conforme errata da Redação Final, publicada no “Diário do Congresso Nacional”.

Onde se lê:

“Art. 1º Ficam alterados, na forma que se segue, as dotações constantes do Anexo 4.0.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.21.00 — Ministério da Saúde, do Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964.”

Leia-se:

“Art. 1º Ficam alterados, na forma que se segue, as dotações constantes do Anexo 4.0.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.21.00 — Ministério da Saúde, do Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964.”

Do ensino, renovo a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO

Nº 535, de 1965

Senhor Presidente,

Nos termos do Regulamento Interno requerer sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas e ao Sr. Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos as seguintes informações:

a) Se existe algum plano visando a criação de agências dos Correios e Telégrafos e extensão de redes telegráficas para o norte do Estado do Espírito Santo incluindo as cidades de Montanha, Muricuri, Pinheiros e Coradão;

b) Em caso positivo, informar quais foram as providências tomadas, tendo em vista a execução do referido plano.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965 — Ruy Cláudio.

REQUERIMENTO

Nº 536, de 1965

Requeremos a Mesa, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República as seguintes informações:

1) Quais os planos para o retorno para a Guanabara dos serviços e servidores do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)?

2) Foi decidido, ou autorizado, por quem de direito, esse retorno?

3) Quais as divisões, setores ou seções do DASP que ainda funcionam no Guanabara? Onde funciona sua Direção Geral?

4) Quais as seções, setores ou divisões que estão funcionando em Brasília?

5) Quais os setores, seções ou divisões que, depois de funcionarem em Brasília, retornaram para a Guanabara? Por que?

6) Qual o número de servidores do DASP em exercício, respectivamente, na Guanabara e em Brasília?

Justificação

Toda a Nação espera e confia na consolidação de Brasília. Essa consolidação, como é óbvio, depende quase que exclusivamente da disposição das autoridades governamentais. Enquanto muitas delas sinceramente trabalham e lutam nesse sentido, outras há que insistem e persistem numa verdadeira sabotagem, prejudicando a concretização desse legítimo anseio. Quando esta Capital tem tudo para crescer e assumir, realmente, seu relevante papel na integração nacional.

Entre as repartições, segundo farto e jamais desmentido noticiário da imprensa, que teimam em desconhecer a nova Capital, está o DASP, órgão subordinado ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Segundo é notório, não contente em permanecer indefinidamente na Guanabara, ainda agora a Direção do DASP não se sabe se autorizada por quem de direito, deu início a uma verdadeira operação retorno, retirando daqui serviços e servidores que lá estavam funcionando a contento. Não podemos nos conformar com essa orientação, de modo que o presente requerimento a par de solicitar esclarecimentos, significa nossa inconformidade frente a tão absurda e impatriótica medida.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965 — José Ermirio de Moraes.

REQUERIMENTO

Nº 537, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, se existem planos para maior intensificação de uso de fertilizantes como incentivo à produtividade agrícola, bem como a possibilidade de sua concessão no mercado consumidor a preços baixos para melhor rendimento das produções agrícolas.

Sala das Sessões, em agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 538, de 1965

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — Instituto Nacional do Sal — se existem planos para aumentar a produção do sal no Nordeste do país, bem como o reaparelhamento dos sistemas de transporte e melhoria dos portos saliníferos daquela região, a fim de que possa o produto ser colocado no mercado consumidor a preços competitivos.

Sala das Sessões, em agosto de 1965 — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 539, de 1965

Sr. Presidente:

Requero regimentalmente se oficie ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, para que informe quais

as razões porque ainda não foi providenciado o reforço de energia elétrica, solicitado pela Usina Santa Luiza, em Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Aarão Steinbruch.

REQUERIMENTO

Nº 540, de 1965

Sr. Presidente:

Requero regimentalmente se oficie ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, no sentido de que informe quais os índices percentuais de aumento das taxas de consumo de energia elétrica nos diferentes Estados da Federação desde a compra da AMFORP, bem como quais as razões que determinaram tais elevações.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e em seguida, despatchados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de outro requerimento.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 541, de 1965

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador signatário requer, ouvido o plenário, seja designado um membro da Casa, para representar o Senado Federal nas comemorações do transcurso do Dia do Alegre, no Estado do Espírito Santo, o qual transcorre em 15 de agosto corrente.

Justificação

O dia 15 de agosto é a data magna da cidade e Município de Alegre, comemorando-se o dia de Nossa Senhora da Penha, constituindo-se um fato histórico do Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Paulo Barros.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será apreciado ao final da Ordem do Dia. (Pausa.)

O nobre Senador Barros Carvalho, Líder do PTB, enviou à Mesa comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Brasília, 9 de agosto de 1965.

Senhor Presidente:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, a designação do Senhor Senador Edmundo Levi para Vice-Líder da bancada, sem alteração no quadro atual.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Barros Carvalho, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — De autoria do Sr. Vasconcelos Tôres há projeto de lei sobre a mesa que vai ser lido pelo 1º Secretário.

E' lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 47, de 1965

Dispõe sobre a aplicação dos corretores de desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, de acordo com os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes, aos vencimentos, salários e soldos de servidores públicos civis ou militares da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos vencimentos, salários e soldos dos servidores públicos civis e militares da União, da administração centralizada ou autárquica, aplicar-se-ão os corretores de desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, de acordo com os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes.

Art. 2º O Poder Executivo terá, a partir de cada publicação relativa à fixação de novos índices de correção, o prazo de 30 (trinta) dias para tornar efetiva a execução do disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto tem por objetivo situar dentro de um mesmo plano de tratamento — no que tange à política de correção retributiva já estabelecida para os Parlamentares (Decreto Legislativo nº 18, de 1954) — os servidores públicos da União, civis e militares, determinando que os seus vencimentos, salários ou soldos, também sejam objeto de reajustamentos, consoante os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes, relativos à desvalorização da moeda e elevação do custo de vida.

Trata-se, como se vê, do reconhecimento de uma paridade moral, que se impõe em consequência da identidade causal que informa o problema.

De fato, no caso, não há como discriminar em favor dessa ou daquela categoria, verificando-se que o aumento do custo de vida atinge a todos, sem distinção.

Decorrido mais de um ano da edição da última lei de aumento de vencimentos do funcionalismo público (Lei nº 4.315, de 1954), apresenta-se verdadeiramente insustentável a situação dos servidores da União, civis e militares, à vista do enorme hiato que se abriu entre os valores de seus níveis retributivos e os índices de aumento progressivo do custo de vida.

De outro lado, não seria justo manter-se política de correção monetária apenas em relação às rendas do Estado, deixando estagnadas as dos seus delegados, uma vez que sobre elas recaem os onus dessa medida.

Além do mais, adotada tal política em determinados setores da economia privada — alugueres, por exemplo — o impacto do reajustamento incidirá sobre os preços provindos do funcionalismo, agravando o seu estado de penúria e insolvência.

Assim, atentando-se para o fato de que se trata de uma medida de prática de correções retributivas, julgamos de toda oportuna a providência consubstanciada no presente projeto.

Salas das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Serviço Público e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de projeto de emenda à Constituição.

E' lido o seguinte

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 3, de 1965

O art. 90 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90. O Presidente da República é auxiliado pelos Ministros de Estado, cuja escolha só se efetivará se aprovada, por maioria absoluta, pelo Senado Federal.

Justificação

O Poder Executivo interfere indireta e diretamente nas atividades do Poder Legislativo. No primeiro caso, porque se utiliza do veto, recusando ou modificando proposições votadas pelo Congresso Nacional; no segundo, porque tem iniciativa de leis e, atualmente, até impõe prazos. Na composição dos altos tribunais, Executivo e Legislativo são convergentes, sintetizando o Judiciário, por isso mesmo, a vontade popular na sua mais concordante manifestação.

2. Mas, enquanto Executivo participa ativamente das funções do Legislativo, o Legislativo não toma parte, de nenhum modo, nas atividades do Executivo. Não chega a representar co-participação o fato de o Senado aprovar as nomeações de certos funcionários, embora de altos escalões. Os Ministros de Estado, que supervisionam, dirigem, realizam efetivamente a política administrativa, que impõem à coisa pública o traço da sua orientação, das suas idéias, das suas concepções, são nomeados, se qualquer formalidade, pelo Presidente da República, ao seu pleno arbítrio, como se o Chefe do Executivo fosse um mero funcionário temporário, absoluto, total e incontrolável no exercício do poder. Daí porque esses Ministros, que nem ao menos se consideram obrigados para com o programa dos partidos a certos quadros partitais, agem em caráter estritamente pessoal, tentando o programa que concebem, ou nenhum, com reais prejuízos para a Nação e inevitável decepção do povo.

3. A emenda constitucional substanciada neste projeto não se contrapõe ao presidencialismo autêntico; objetiva, sim, considerando a harmonia dos poderes, estabelecer amplo entrelaçamento entre o Legislativo e o Executivo, dando ensejo a que, assim como este interfere ativamente nas funções daquele, aquele participe dentro do razoável, das responsabilidades deste. E de tal entrelaçamento resultará acentuado grau de entendimento entre os ramos ativos do Poder Público, melhor sintetizando a vontade popular, de que promanam.

E' como que a roboração da idéia fundamentalmente contida no art. 63, I do Estatuto Magna.

Brasília, 11 de agosto de 1965. — Edmundo Fernandes Leoni — Barros de Carvalho — Júlio Leite — Vasconcelos Tôres — Goldwasser Santos — José Ermirio de Moraes — Heriberto Vieira — José Feliciano — Melo Braga — Eduardo Assmar — Lino de Matos — Lobão da Silveira — Martins Júnior — Celso Franco — José Bezerra — Noqueira da Gama — Caetano Pinheiro — Manoel Vilela — Pessoa de Queiroz.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido, suscitado por mais de um quarto dos membros do Senado, salienta os requisitos estabelecidos na Constituição (art. 217, §§ 1º, 5º e 6º), para ser recebido e submetido à consideração do Congresso Nacional, com tramitação prevista nos arts. 388 e 379, do Regimento Interno.

Será publicado e encaminhado oportunamente à Comissão Especial que for designada para sobre ele se manifestar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senhor Senador Vasconcelos Torres enviou a Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º do Regimento Interno.

1. Exa. será atendido.

E' o seguinte o discurso enviado pelo Senhor Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente — Srs. Senadores, recebi carta de um lavrador do município de Itaguaí, relatando a situação difícil atravessada por aqueles que, particularmente, se entregam a produção da banana prata. O missionário, Sr. Gregório Martins, residente no distrito de Coroa Grande, descreve o quadro com o realismo de quem sente na carne, o problema. Daqui desta tribuna formulo veementemente apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura para que providenciem, com urgência, a respeito.

A carta está concebida nos seguintes termos:

"Senador, em nome dos lavradores do Município de Itaguaí e de Mangaratiba, dedicados à lavoura de banana prata, por intermédio desta via, venho pedir a V. Exa. como Senador e conhecedor das nossas necessidades, que peça ao ilustre Sr. Presidente da República para examinar a exportação de banana, por que deu uma grande baixa no mercado, pois até o mês de março, estávamos entregando no mercado da Guanabara um número de banana prata ao preço de Cr\$ 3.000 (três mil cruzeiros) e agora só nos querem pagar a 5.000 (cinco mil cruzeiros), nós reclamamos o preço e eles alegam dizendo que a banana é demais no mercado, porque o Brasil parou a exportação para a Itália e Argentina. Assim sendo nós teremos de abandonar a lavoura de banana por que como V. Exa. conhece essa região, a banana prata só produz nas montanhas onde encarece muito o transporte, por que é carregada no lombo de animais, viajando 2 (duas horas), para alcançar a estrada RJ 14 e dali ser conduzida em caminhão para o Estado da Guanabara. E' por isso Sr. Senador, que nós apelamos para Vossa Excelência para pedir ao Ilustre Presidente da República, que tanto se vem interessando pelo bem estar do povo brasileiro, para proteger os pequenos lavradores desta região que se encontram desamparados de tudo.

Senador, um abraço de todos os lavradores do Município de Itaguaí. — Gregório Martins".

Pido aguardando as medidas que serão tomadas, a fim de não assistirmos à ruína dos bananicultores fluminenses.

Ainda de outro assunto desejo dar conhecimento à Casa nesta oportunidade.

Os servidores da Destilaria de Alcool Martins Lage, no Município de Campos, Estado do Rio, têm o seu enquadramento retardado injustificavelmente. O próprio Instituto do Alcool e do Alcool não sabe como resolver esse problema, dependente do DASP e da Comissão de Enquadramento. A lei 4.069 de 11 de junho de 1962 resolveu o assunto de maneira clara e infusível, mas os expedientes burocráticos têm impedido o seu cumprimento. Em Martins Lage, a maioria dos servidores ainda está no nível 5, recebendo mensalmente Cr\$ 68.000. Outros recebem por mês Cr\$ 83.000. Há um prejuízo mensal no ordenado de Cr\$ 44.000, sem falar na perda de outras vantagens a que têm direito.

O Sr. José Ferreira de Azeredo tem se deslocado seguidamente para tra-

tar dessa difícil situação de seus colegas. Agora, veículo pelo Senado essa justa reivindicação e espero que a minha palavra chegue não ao DASP, mas ao próprio Presidente Castello Branco, para que o assunto possa ser resolvido quanto antes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentadas, na sessão de ontem, pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres ns. 528, 531 e 532, dirigidos ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, nº 529, dirigido ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e nº 530, dirigido ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente lido figuram ofícios em que o Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados comunica a existência de erros nos autógrafos de Projetos de Lei originários daquela Casa e pede a sua retificação.

No Projeto de Lei da Câmara número 134, de 1965, que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades Federais, houve omissão das palavras "da União", em seguida a "Escolas Técnicas".

Se prevalecesse a omissão, poder-se-ia entender que, com a sanção da Lei, as Universidades e Escolas Técnicas particulares estavam federalizadas.

No Projeto de Lei da Câmara número 124, de 1965, que dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências, em seguida à expressão

"entender-se-á como capital"

houve salto dactilográfico, no preparo dos autógrafos, das palavras

"o valor adotado pelo lançamento do imposto territorial das terras".

No Projeto de Lei da Câmara número 143, de 1965, que altera dispositivos do Orçamento vigente, o algarismo inicial do Código correspondente do Ministério da Saúde saiu trocado, em mais de uma frase. Em vez de "4" — como em todas as partes do Anexo correspondente ao Poder Executivo, saiu "2". A indicação correta é 4.21.00 e não 2.21.00.

Esses projetos já foram votados pelo Senado e encaminhado à sanção.

Se não houver manifestação em contrário, a Presidência enviará novos autógrafos ao Sr. Presidente da República, com as retificações destinadas a restabelecer os textos certos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de licença do Sr. Senador Antônio Balbino.

REQUERIMENTO

Nº 542, de 1965

Brasília, DF, 10 de agosto de 1965. Excelentíssimo Senhor Senador Presidente do Senado Federal.

O infra-assinado, Senador pelo Estado da Bahia, tendo necessidade de se ausentar dos trabalhos do Senado, a partir de 15 de agosto corrente, pelo prazo de cem (100) dias, vem, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, solicitar licença a Vossa Excelência para assim proceder, bem como as providências necessárias à convocação de seu suplente, Senador Eduardo Catalão, de acordo com os artigos 38 e 45-III-a do mencionado Regimento.

O Requerente aproveita a oportunidade para, ainda em cumprimento de seu dever, comunicar a Vossa Exce-

lência que, durante o período de sua licença, deverá ausentar-se do País e atender a convites que lhe foram feitos para participar, nos Estados Unidos, no Japão e na França, de atividades culturais — nos setores econômicos e jurídicos de sua especialização — e de programas de visitas de observação a diversos sistemas de automação em instalações industriais.

Com o mais alto apreço, de Vossa Excelência. — Antônio Balbino.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A licença concedida terá início na data mencionada no requerimento, ou seja, 15 do corrente. Será convocado o suplente do Sr. Senador Antônio Balbino, Senhor Eduardo Catalão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa, requerimento de licença que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 543, de 1965

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 95 dias a partir do dia dezoito (18) do mês corrente.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1965. — Catiote Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A licença concedida terá início a 16 do corrente mês. Será convocado o suplente do Sr. Senador Catiote Pinheiro, Sr. Pedro Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, requerimento de licença que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 544, de 1965

Requero, na forma regimental, licença de 120 dias a fim de tratar de interesses particulares, a partir desta data.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1965. — Senador Dinarte Mariz, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A licença concedida terá início nesta data, nos termos do requerimento aprovado.

Será convocado o Suplente do Senhor Senador Dinarte Mariz, que é o Sr. Senador Cortez Pereira (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Estando presente o Sr. Cortez Pereira, Suplente do Senador Dinarte Mariz, S. Exa. passará a participar dos trabalhos, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nas comemorações do 4º Centenário da cidade do Rio de Janeiro, mui justamente foram lembradas as personalidades que se distinguiram no campo da Ciência, da Arte e das Letras. Assim, não pode ser esquecido o sábio João Baptista de Lacerda, precursor de Manguinhos, que aqui fundou o 1º Laboratório de Fisiologia

Experimental do Brasil e da América do Sul, e onde realizou pesquisas que atraíram a atenção e o interesse dos meios científicos estrangeiros.

Lacerda foi médico, fisiologista, antropologista, químico, pesquisador, bacteriologista, patologista, sanitaria e botânico. Homem de 35 letras, muito publicado. Foi na mocidade jornalista em Campos, e sobretudo, foi um grande brasileiro.

Lacerda nasceu em Campos, então província do Rio de Janeiro, a 12 de Julho de 1843, filho primogênito do Dr. João Baptista de Lacerda, de quem herdou o nome e a profissão e de D. Maria da Assunção Cony, natural de Ilheoa. Seus irmãos Cândido, Alvaro e sobretudo Carlos de Lacerda, foram com Nilo Peçanha os mais intrépidos e ardorosos abolicionistas, culminando a Campanha, forçando a libertação dos escravos no Município de Campos, em março de 1893, antes do Decreto Imperial. João Baptista aos 12 anos, veio para o Rio estudar no Colégio Pedro II; terminando o Curso, bacharel em letras, matriculou-se na Escola de Medicina, onde foi aluno e admirador de Torres Homem, tendo sido seu interno, durante 2 anos, lugar obtido por concurso. Doutorando-se Lacerda em 1870, volta a Campos onde clica no lado do pai. Ali redige (1874) com Teixeira de Mello e F.G. Castello Branco, a Revista Literária e Científica "Lux". Publica os "Estudos Clínicos e Terapêuticos" onde reuniu as suas observações de médico da Província. Mas breve, o ambiente era que se movia parecia-lhe demasiado estreito. Volta ao Rio. A clínica não lhe bastava. Seu ideal era liminar o mais possível, os males que flagelavam a humanidade, daí a sua principal preocupação ser a pesquisa em torno das doenças tropicais, e das plantas tóxicas e medicinais da Flora Brasileira. Não o tentava a perspectiva de fazer fortuna no tirocinio da profissão e, cada vez mais o atraía a investigação científica e o desejo de um renome justamente conquistado nas lides da Ciência pura.

Em 1876, o Ministro Tomás José Coelho de Almeida, seu conterrâneo e amigo, procedendo à reforma do Museu Nacional convidou-o a ocupar ali, o lugar de subdiretor da 1ª Seção de Antropologia, Fisiologia e Anatomia. No Museu, começou a fase de seus estudos experimentais e ficou a serviço desta instituição como Diretor até a sua morte em 6 de agosto de 1915. Trabalha diz ele, sem visar outra recompensa, que não seja a posse da Verdade.

Os trabalhos de Lacerda servem de marco na evolução da ciência no Brasil, pois como observou o professor Lu' Emygdio de Mello "Podemos reconhecer duas fases na evolução das Ciências Biológicas do País: um período pré-científico ou pré-Lacerdiano, e um período científico ou Lacerdiano, que se continua até hoje. Afirmar-se-me ter sido João Baptista de Lacerda, um desses autodidactas, de cultura comparável à obra clássica em que cada pedra colocada sobre as anteriores à custa de ingentes esforços, vale como diploma de tenacidade e labor". (1)

Por duas de suas descobertas, já J.B. de Lacerda poderia ser considerado o "Pasteur brasileiro".

Com a descoberta do tratamento da mordedura das cobras pelo *Peromanganato de Potássio*, o nome de João Baptista de Lacerda, consagrou-se definitivamente e inúmeras foram as distinções e honrarias de muitas instituições científicas. O Imperador

(1) Apreciação da obra de João Baptista de Lacerda...

Pedro II fez questão de assistir a uma experiência que comprovou plenamente o êxito do antídoto, e em sinal de apreço pelo grande benefício humanitário que resultaria dessa descoberta, distinguiu-o com a "Comenda da Ordem da Rosa" e o Parlamento concedeu-lhe uma recompensa nacional. A Academia de Medicina do Rio abriu-lhe por aclamação as portas de seu recinto, onde ele tomou assento, como membro titular, dispensando as formalidades exigidas pelos estatutos. Ao mesmo tempo as associações científicas da França, Portugal, Alemanha, Argentina e Chile, enviaram-lhe o diploma de membro correspondente.

Em 1888, Lacerda é solicitado pelo Conselheiro Rodrigo Silva, então Ministro da Agricultura, para ir a Minas Gerais, estudar "in loco" a Peste da Manqueira, cujas devastações crescentes já constituíam uma calamidade naquela Província, ameaçada de ver arruinada a principal fonte de sua prosperidade: — a cana-de-açúcar — Lacerda observa os sintomas da terrível epidemia, estuda e descobre o vírus preventivo contra a mortífera "Peste da Manqueira". O Ministro Rodrigo Silva encarrega-o de dirigir o serviço de vacinação anti-carbunclosa.

Os resultados foram surpreendentes. As estatísticas demonstraram que a mortalidade de gado por peste baixara de 38% a 1%. Tão extraordinário benefício assim comprovado, enchendo de alegria e ânimo os desesperados criadores mineiros. Felicitações e agradecimentos lhe chegaram de toda a parte. "E eu me sentia feliz, confessa Lacerda, de ter sido o promotor de tamanho benefício". Não fez mais Pasteur, salvando a viticultura da França do que o nosso sábio, preservando da ruína a pecuária mineira.

A obra desse cientista patriótico (72 trabalhos anotados na Semana) fruto de um labor ininterrupto durante mais de meio século, é tão vasta e extensa que trazê-la ao conhecimento do público é tarefa difícil, pequeno espaço, exíguo o tempo.

Durante anos a fio, ele estudou o curare, o beribéri e a Febre Amarela, esta terrível doença que entrava o progresso do País, publicou 5 estudos, 2 dos quais em língua francesa. Fez parte da grande comissão encarregada de traçar o plano de saneamento da Cidade do Rio de Janeiro no governo de Prudente de Moraes.

Completamente absorvido nos seus estudos árduos e emolumentos trabalhos, não tinha tempo para chamar a atenção sobre si.

Testemunha desse desprendimento Mello Moraes Filho, certa vez, indo procurá-lo, não o encontrando, deixou-lhe sobre a mesa, o cartão de visita, com esta quadrinha:

"Como há sóis que não têm brilho no céu, para certos povos,

assim são os homens raros.

que vivem em países "novos".

Por ocasião do centenário de seu nascimento, em 12 de julho de 1946, Lacerda recebeu uma verdadeira consagração por parte dos cientistas patrióticos, que analisaram sob os seus múltiplos aspectos a sua vida e a sua obra, com ampla repercussão na imprensa, que exaltou os méritos desse grande filho do Brasil.

Certamente, a Pátria que ele tanto amou e serviu agora por ocasião do cinquentenário de sua morte, se lembrará de perpetuar numa instituição científica ou numa escola o nome de João Baptista Lacerda.

Aliás, faço, neste sentido, um apelo aos Governadores da Guanabara e do Estado do Rio para que dêem o nome desse grande brasileiro à próxima escola pública a ser inaugurada nessas dois Estados da Federação.

Desejo também, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento desta Casa o resultado do inquérito realizado na CHEVAP — por determinação do Senhor Ministro das Minas e Energia, sob a recomendação da Comissão-Geral de Investigação — através do qual ficou comprovada a inocência dos diretores e funcionários daquela empresa, a época do Governo anterior. Inclusive, foi exculpado, expressamente o eminente prócer do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Augusto de Carvalho.

E o seguinte o resultado do inquérito:

Resultado do inquérito realizado na CHEVAP por determinação do Sr. Ministro das Minas e Energia e sob a recomendação da Comissão-Geral de Investigações

Em carta nº DAE-331-65, de 11 de junho, o Sr. Diretor-Administrativo da ELETROBRAS remeteu cópia do expediente recebido do Ministério das Minas e Energia com relação ao inquérito Técnico-Administrativo, realizado na CHEVAP, o qual, por ordem do Senhor Ministro, foi arquivado na ELETROBRAS.

O resultado do Inquérito foi apresentado ao Sr. Ministro com uma Exposição de Motivos do seu Chefe do Gabinete, cujos pontos essenciais em resumo são os seguintes:

1º) Quanto aos Atos relativos aos Contratos referentes à barragem auxiliar de terra de Nhanapi, canal e túnel de desvio do Ribeirão Itatiaia:

"A Diretoria da CHEVAP não cometeu nenhuma irregularidade, não exorbitou indo além de sua competência, nem fez concessões abusivas aceitando a modificação dos contratos. Enfrentou uma situação de fato, dando a solução que lhe pareceu melhor acautelando-se quanto a fixação de novos preços, nos cálculos apresentados pelos setores competentes. Não procede, portanto, a acusação (fls. 16)".

2º) Quanto ao exame dos reajustamentos sucessivos e indevidos que teriam sido pagos à firma TENCO:

"e também improcedente essa parte da denúncia. (fls. 20)".

3º) Quanto ao empréstimo a TENCO:

"... A Diretoria da CHEVAP, a nosso ver, conduziu-se com acerto e zelo, até em demasia pelos interesses da Companhia (fls. 21)".

4º) Quanto ao exame do julgamento da concorrência da Barragem de Concreto:

"Conclui esta Comissão, à vista dos elementos que lhe foram dados examinar, que improceda a acusação feita ao Eng. Léo Ferraz Alves de adulteração da proposta da firma BADRA e Consorciados com o que se permitia adjudicar à TENCO as obras da Barragem de Concreto e outras, conforme anteriormente especificado. (fls. 22)".

5º) Quanto ao procedimento da Comissão de julgamento da Concorrência da Barragem de Concreto:

"que a denúncia de adulteração da proposta é inteiramente improcedente, pelo que não se pode importar de falta de lisura o procedimento de quaisquer dos membros da Comissão de Concorrência (fls. 28)".

6º) Quanto ao exame dos contratos celebrados com as firmas

"TECNOSOLO", "SERMECSO" e "SARTE":

"que a acusação feita, sob a forma de malévola insinuação, sobre as relações do ex-Diretor-Técnico com essas firmas empreiteiras, carece de qualquer fundamento e improvação (fls. 31)".

7º) Quanto ao pessoal acusado, antigos Diretores e funcionários da CHEVAP conclui a Comissão após exaustivo exame da matéria não ter encontrado "qualquer prova que corroborasse as acusações feitas", pronunciando-se a mesma pela improcedência da denúncia".

8º) Quanto as firmas empreiteiras CBPO, TENCO, TECNOSOLO, SERMECSO e SARTE.

"Relativamente as firmas empreiteiras... que tiveram examinadas suas relações com os ex-Diretores e funcionários da CHEVAP, deve esta Comissão declarar, a bem da verdade que não encontrou no corpo deste inquérito nenhum elemento que pudesse incriminá-las, o que se tornou lógico em face da total improcedência da denúncia (fls. 43 e 44)".

O Sr. Chefe do Gabinete do Ministro das Minas e Energia conclui sua exposição com as seguintes palavras:

"Dessa forma, não se fazendo necessária qualquer medida de ordem judicial ou administrativa contra os denunciados propomos a V. Exª o arquivamento do inquérito em apreço, dando-se ciência à ELETROBRAS da decisão tomada".

Nessa exposição, o Sr. Ministro das Minas e Energia exarou o seguinte despacho: Aproveito Devolva-se a ELETROBRAS onde deve ser arquivado. — Mauro Thibau. — Em 7-5-65. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do texto) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, enviei à Mesa, no dia de hoje, projeto de lei que dispõe sobre a aplicação dos corretivos de desvalorização da moeda e elevação do custo de vida de acordo com os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes aos vencimentos, salários e todos os servidores públicos civis ou militares da União.

O projeto tem por objetivo situar dentro de um mesmo plano de tratamento — no que tange a política de correção retributiva — já estabelecida para os Parlamentares (Decreto Legislativo nº 18, de 1961) — os servidores públicos da União, civis e militares, determinando que os seus

vencimentos, salários ou soldos, também sejam objeto de reajustamentos, consoante os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes, relativos à desvalorização da moeda e elevação do custo de vida.

Trata-se, como se vê, do reconhecimento de uma paridade moral, que se impõe em consequência da identidade casual que informa o problema.

De fato, no caso, não há como discriminar em favor ou daquela categoria que o aumento do custo de vida atinge a todos, sem distinção.

Decorrido mais de um ano da edição da última lei de aumento de vencimentos do funcionalismo público (Lei nº 4.335, de 1963), apresenta-se verdadeiramente insustentável a situação dos servidores da União, civis e militares, à vista do enorme hiato que se abriu entre os valores de seus níveis retributivos e os índices de aumento progressivo do custo de vida.

De outro lado, não seria justo manter-se política de correção monetária apenas em relação às rendas do Estado, deixando estagnadas as dos seus delegados, uma vez que sobre elas recaem os ônus dessa medida.

Além do mais, adotada tal política em determinados setores da economia privada — aluguéis, por exemplo — o impacto do reajustamento incidirá sobre os parques proventos do funcionalismo, agravando o seu estado de penúria e insolvência.

Assim, atentando-se para o fato de que já é uma realidade a prática de correções retributivas, julgamos de todo oportuna a providência contutanciana no presente projeto.

Sr. Presidente, tive o cuidado de dar um caráter normativo à proposição, para que, amanhã, não se venha a declarar que estou procurando aumentar despesas, ferindo, assim, dispositivos do Ato institucional em vigor.

É um critério a que não nos podemos furtar de adotar, porque, Sr. Presidente, visa justamente aquilo que coloquei nos dispositivos do meu projeto: a paridade moral. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Assmar.

O SR. EDUARDO ASSMAR:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ninguém mais que eu se sente à vontade para ocupar esta tribuna — no momento em que as atenções estão voltadas para a Amazônia, cogitando-se da quebra do monopólio da borracha — para fazer um dramático apelo ao eminente Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no sentido de desaconselhar a concretização desse objetivo, tão nocivo àquela vasta região.

É que, nos idos de 1942, quando o Banco da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia, foi criado pelo Decreto-lei nº 4.451, com a finalidade de controlar o "Nervo da Guerra" — a borracha — a ele me opus, porque a borracha teria sido vendida pelo preço que se quisesse, que se desejasse, que se pedisse e a Amazônia viveria novamente os seus aureos tempos.

Interesses de compromissos internacionais, oriundos dos acordos de Washington, fizeram o governo brasileiro criar o referido Banco e estipular, em Cr\$ 13,10, o quilo da borracha, quando a Argentina e outros países da América do Sul, não produtores, vendiam a 300, 400 e mais, o quilo do pequeno estoque comprado ao Brasil e, possivelmente, à Bolívia e Peru.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO ASSMAR — Não.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador, V. Exª faz bem em corrigir

quando que está à vontade para combater essa idéia de quebra do monopólio da borracha. Conheço V. Ex. de longa data como empresário inteligente, culto e progressista. De maneira que, se V. Ex. nesta hora, manifesta-se a favor do monopólio, tal, deve estar coberto de razões e essas razões devem ser as do interesse do povo do Acre, que V. Ex. bem representa no Senado.

O SR. EDUARDO ASSMAR — Agradeço o aparte de V. Ex. e informo, com muita satisfação, ao meu discurso.

(Retornando a leitura)

Hoje representando nesta Casa o modesto e pequeno Acre, tenho o inalienável dever, a irrecusável obrigação de defender a integridade do monopólio da comercialização da *hevea brasiliensis*. Defendo o "cacula da Federação, um Estado que é pobre, que vive e se desenvolve mercê dos subsídios que recebe da União, nesta fase primária de sua transformação de simples Território em unidade federativa brasileira.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EDUARDO ASSMAR — Pois não.

O Sr. Edmundo Levi — V. Ex. não está defendendo apenas o Acre, está defendendo, com alto patriotismo, sobretudo a Amazônia e, assim, a integridade nacional, por que a quebra do monopólio da borracha, como ontem expliquei neste plenário, importará o total desaparecimento econômico da região; implicará expô-la a males inimagináveis daquelas que pretendem desassombrar-se, arrebatando-a da soberania brasileira.

O SR. EDUARDO ASSMAR — Agradeço o aparte de V. Ex., que também incorpo ao meu discurso, e V. Ex. verá, no transcurso do mesmo que me refiro, principalmente, à Amazônia de modo geral. Obrigado a V. Ex.

(Lendo)

Esta defesa é extensiva a todos os Estados e Territórios da Amazônia, sempre esquecida e hoje esperançada de melhores dias, pelos últimos pronunciamentos do ilustre Presidente da República.

O Brasil, outrossa, que se viu apertado entre fronteiras mais ou menos apertadas do Sul, sacudido pelo espanhol que vinha do oceano Pacífico, sentiu necessidade de ampliar no Norte as linhas de seu Território, espalhando-se muito além das linhas das Torresilhas, até o Peru e Bolívia. Foram as necessidades de produtos das matas ricas que levaram tão longe os brasileiros e antes que os espanhóis viessem através dos Andes, na região do Peru, já os brasileiros haviam de encontrá-los lá muito distante.

A força dos brasileiros, mais numerosos, o fato de terem de subir o rio Amazonas sem declives, sem montanhas, tudo isso fez com que esta terra deslizesse e boa — o Acre — se tornasse brasileira e aqui continuasse sob a proteção da nossa bandeira e das nossas gloriosas Forças Armadas.

O Estado do Acre é um Estado de conquistadores. No fim do século passado, estando aquelas terras sob o domínio da Bolívia, já lá se encontravam os brasileiros, egressos das zonas áridas do Nordeste. Tão numerosos se tornavam que as leis bolivianas não mais podiam detê-los. Plácido de Castro revoltou-se, cercado do princípio dos seringueiros e decretou o Estado independente do Acre, formando a primeira junta governativa no Território Boricua, hoje de nossa propriedade.

Mais tarde, a 1.ª de novembro de 1905, Rio Branco, o Deus-litador das nossas fronteiras, veio em socor-

ro dos acreanos brasileiros que já se batiam com o Sindicato formado, pelos americanos para a definitiva conquista do Acre. Fez-se o Território. Construiu-se a ferrovia que atravessa a região encachoeirada do rio Madeira, abriu-se o comércio amigo da Bolívia com o Brasil, e durante muitos anos o Acre devolveu, de sobra, em produção de borracha, as libras que havíamos pago aos bolivianos.

Que restará de tudo isso, Sr. Presidente e Senhores Senadores, se quebrarem o monopólio da borracha? Que irão fazer essas milhares de brasileiros que se dedicam à exploração da borracha, no recesso das nossas florestas?

O Sr. José Guimard — Permite-me, nobre Senador? (Assentimento do orador) — V. Ex. vai dar-me a liberdade de introduzir no seu discurso a minha observação: o que restará de tudo isso é que quem está devendo a União brasileira aqueles que nos deram o Acre, porque o que se gastou para incorporá-lo até hoje não corresponde a aquele tributo, que vale mais do que qualquer outro — o do sangue e da coragem para que fosse feita essa incorporação. De maneira que nós é que ainda temos saídos a receber.

O SR. EDUARDO ASSMAR — Muito obrigado ao nobre Senador José Guimard. Desejaria estender-me sobre o assunto, mas a exiguidade de tempo, hoje, fez-me restringir um pouco o meu discurso.

(Retornando a leitura) De quanto teria que ser elevado o contingente das nossas Forças Armadas e quanto custaria tudo isso? Que meios terão eles de vida, sabendo-se que toda a economia do Acre gira em torno na borracha?

O sistema do monopólio estatal é o instrumento mais adequado ao equilíbrio sócio-econômico da vasta região amazônica em especial o Acre. Os benefícios que dele resultam se espalham por toda a coletividade, em que mais de 300.000 brasileiros desenvolvem suas atividades no setor da produção da borracha silvestre, num trabalho penoso mas honrado, anônimo mas de grande significado nacional.

Não somos pela estatização mas a Amazônia, como tive oportunidade de dizer em discurso anterior, constitui um mundo à parte, desafiando soluções que não se ajustem às suas peculiaridades.

De todos os países produtores de borracha no mundo, o Brasil é o único que tem seu mercado tranquilo, funcionando com larga margem de eficiência. A própria estocagem em poder de Banco, cerca de 20.000 toneladas, não deve assustar senão aqueles que desconhecem a importância estratégica da borracha. Os eventos no sudeste asiático, a nacionalização das grandes plantações da Indonésia e a intranquilidade social e política da Federação Malaia, devem constituir avisos aos nossos homens públicos.

É necessário que se pense detidamente antes de se tomar tão sensível medida. Enquanto a Amazônia não for ligada ao resto do país pelas rodovias, enquanto outras fontes de receita não forem geradas, enquanto nos faltarem condições de infraestrutura para a implantação de programas de desenvolvimento será um crime cogitar-se da simples modificação do status da gomma-elástica, será doloroso quebrar-se um sistema que tão bem serve a Amazônia e o Brasil.

Nos, os representantes da Amazônia, fazemos um apelo, uma súplica ao preloso Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, diretor-geral da República, que tão bem conhece a região e na quem tanto confia, para que não permita na-

quebra do monopólio da borracha. Idêntico apelo fazemos ao Sr. Presidente e aos nobres senhores Senadores.

Para terminar e por ter que viajar breve para o Acre, quero deixar a cada um dos nobres colegas, meu abraço fraternal e de agradecimento por todas as demonstrações de carinho que de todos sempre recebi, pedindo reiteradamente que continuem a ajudar o Acre, para maior grandeza do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de urgência que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 545, de 1965

Nos termos do art. 326, nº 5 b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1965 (nº 2.94810-65, na Casa de origem), que modifica o art. 11 e seus parágrafos, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílio e subvenções, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1965. — Daniel Krieger. — Barros Carvalho. — Mem de Sá — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido será votado ao final da Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Goldewasser Santos
Eduardo Assmar
José de Souza
Joaquim Parente
Manoel Dias
Siegfredo Pacheco
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Cortez Pereira
Barros Carvalho
Silvestre Péricles
Josaphat Marinho
Gilberto Marinho

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esta terminada a hora destinada ao Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia.

As matérias constantes dos itens 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10 são de votação por escrutínio secreto e serão apreciadas, agrupadamente, no fim da Ordem do Dia.

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1964 (nº 2.735, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina, tendo pareceres contrários, sob números 928 a 930, de 1965, das Comissões de Saúde, de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discutí-lo, vou declarar encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeremos verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Guido Mondin.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram o projeto e levantaram-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram contra o projeto 14 Srs. Senadores, e nenhum a favor.

Não há número. Vai-se proceder à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Eduardo Assmar
Josue de Souza
Edmundo Levi
Martins Junior
Eugênio Barros
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
José Bezerra
Cortez Pereira
Manoel Villaga
Barros Carvalho
Emílio de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Paulo Barros
Raul Guberti
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Viana
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Nelson Maciel
Mello Braga
Celso Branco
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá (35).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Responde-se à chamada 33 Srs. Senadores.

Há quem.

Vai-se repetir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 151-64, que autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina, tendo pareceres contrários das Comissões de Saúde, Educação e Cultura e Finanças.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Rejeitado. Será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 151, DE 1964

Nº 2.735-B, de 1961, na Casa de origem)

Autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em doação, todo o patrimônio da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no qual se inclui o Hospital São Paulo pela mesma mantido e situado na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º O nosocômio referido no artigo anterior será destinado a servir como Hospital de Clínicas para o ensino e pesquisa da Escola Paulista de Medicina, regulamentada pela Lei nº 2.712, de 31 de janeiro de 1965.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) para complementar o recurso orçamentário indispensável ao custeio das despesas de manutenção do citado Hospital.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Item 6:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1965 (nº 1.918-B-64 na Casa de origem) que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, e de outras providências, tendo Parecer, sob nº 938 de 1965 da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que apresenta, sob nº 1-CF.

Há emenda de Plenário, de autoria do Sr. Senador Heribaldo Vieira, que vai ser lida pelo Sr. 2º Secretário.

E' lida a seguinte:

EMENDA Nº 2

Ao § 3º do artigo 6º, oferece-se a seguinte redação:

"§ 3º A cota que não for entregue, por inadimplemento de requisito essencial será distribuída equitativamente entre todos os Municípios, decorridos cinco anos da data do depósito.

Justificação

A cota depositada a que alude o parágrafo é uma parcela dos 15% (quinze por cento) da receita decorrente do imposto de renda e que a Constituição Federal destinou aos Municípios. Fazê-la voltar ao patrimônio da União é uma espoliação que ofende a Lei Maior.

Em, 11 de agosto de 1965. — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai às Comissões, para darem parecer sobre a emenda, e à Comissão de Constituição e Justiça para dar parecer sobre o projeto e a emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Antes de passar à matéria do item 11 da pauta, a Presidência fará uma exposição a respeito do projeto constante do item 12, que deverá ser retirado da Ordem do Dia, para remessa à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre esta matéria cabe à Presidência fazer algumas considerações.

Trata-se de Projeto de Resolução, já aprovado pelo Plenário, inclusive em redação final e dependendo apenas de promulgação.

Suspende a execução do art. 169 da Constituição do Estado de Minas Gerais, dispositivo cujo teor é o seguinte:

"Art. 169. Nenhum imposto, estadual ou municipal, poderá ser elevado, direta ou indiretamente, além de vinte por cento do seu valor, no tempo do aumento".

A suspensão que se determina é total. Entretanto, a documentação enviada ao Senado se refere a arguição apenas parcial, da inconstitucionalidade desse dispositivo. A Prefeitura Municipal de Juiz de Fora intentou execução fiscal contra o Banco de Minas Gerais, para cobrança do imposto de indústrias e profissões correspondente ao exercício de 1951. O Banco defendeu-se, arguindo a inconstitucionalidade do imposto, visto se

conflitar com o art. 169 da Constituição do Estado. O Tribunal de Justiça não reconheceu a arguição. Em grau de recurso extraordinário o caso subiu ao Supremo Tribunal Federal. Com base na documentação recolhida do Tribunal, foi apresentado o Projeto de Resolução nº 85-64, mandando suspender a execução do referido art. 169 da Constituição mineira.

Cumpre assinalar, preliminarmente, que essa documentação era de um julgamento da Primeira Turma do Tribunal, e não do Tribunal Pleno. Assim, parece que não era de se praticar desde logo, ao caso, o ato previsto no art. 64 da Constituição Federal.

Há, porém, mais.

O citado art. 169 da Constituição de Minas já teve a execução suspensa pelo Senado, através da Resolução nº 21-64, verbis:

Resolução nº 21, de 1964.

Suspende a execução do art. 169 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no concernente aos Municípios.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal: em sessão de 20 de outubro de 1961, no Recurso Extraordinário número 35.323, do Estado de Minas Gerais, a execução do art. 169 da Constituição do mesmo Estado, no concernente aos Municípios.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de julho de 1964. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Tratava-se do pleito judicial entre a Prefeitura de Tupaciguara e o Banco Mineiro da Produção S.A., quanto à cobrança do mesmo imposto de indústrias e profissões. Em recurso extraordinário (35.323) o Supremo Tribunal Federal — Tribunal Pleno — reconheceu a inconstitucionalidade do art. 169 da Constituição de Minas. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado propôs a suspensão do dispositivo incriminado, no concernente aos Municípios, mantendo-o, portanto, em vigor no tocante aos impostos estaduais.

Há, por conseguinte, duas iniciativas no sentido da suspensão da vigência do art. 169 da Constituição de Minas:

— uma, já com a sua tramitação terminada (Projeto de Resolução número 12-64), oriunda de um julgamento do Tribunal Pleno, suspendendo apenas em parte (de acordo com a decisão daquela Corte) a execução do art. 169 da Constituição mineira (Resolução nº 21-64, promulgada em 2 de julho de 1964);

— outra (Projeto de Resolução número 85-64), dependendo apenas de promulgação, baseada em julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, pretendendo a suspensão do mesmo dispositivo na sua totalidade, isto é, tanto para os impostos municipais como para os estaduais.

Parece que a segunda iniciativa não pode subsistir, uma vez que se baseou em decisão ainda não definitiva do Supremo Tribunal Federal, ultrapassando, nos seus limites, o âmbito da inconstitucionalidade argüida.

Embora o segundo Projeto (Projeto de Resolução nº 85-64) já tenha sido aprovado pelo Senado, ainda não teve a sua tramitação encerrada. Levá-lo ao fim, com a promulgação do ato suspensivo, seria suprimir a vigência do texto incriminado também na parte em que não teve argüida nem declarada a sua inconstitucionalidade, exorbitando o Senado, no desempenho do papel que lhe traçou o art. 64 da Constituição Federal.

A medida que, no entender da Presidência, se impõe é declarar prejudicado o segundo projeto.

Dada a relevância da matéria entretanto, a Presidência julga indispensável que sobre ela se pronuncie a Comissão de Constituição e Justiça, cujo douto parecer vai solicitar, para isso retirando o projeto da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência esclarece ao Plenário — e especialmente ao nobre Senador Mem de Sá — que deixa de colocar imediatamente em votação o projeto constante do item 11 da pauta, em virtude da informação do Sr. Secretário de que vai ainda ser feita a distribuição dos autos correspondentes a pareceres exarados sobre este projeto.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, desculpe-me V. Exa., mas estou ansioso de ver aprovado um dos melhores projetos apresentados ao Senado Federal, de autoria de um tão muito jovem Senador paulista, Moura Andrade, em 1955.

Estou extremamente vigilante quanto à matéria porque, ao dar-lhe parecer, na Comissão de Finanças, verifiquei a excelência do projeto. Peço que V. Exa. se interesse por ele porque o Senador autor do projeto merece toda a consideração do Plenário. (Risos).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há dúvida. A Presidência está vivamente interessada, principalmente, em que o projeto tenha um curso estritamente regimental, razão pela qual não deseja subtrair aos Srs. Senadores o conhecimento da matéria através da recusa de distribuição de autos e principalmente, do texto do parecer, tão brilhante, exarado pelo nobre Senador Mem de Sá.

Assim, vai-se votar, em primeiro lugar, enquanto aguardamos essas providências, a matéria constante do item 1 da pauta, primeira da série a ser apreciada em escrutínio secreto.

Continuação da votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1965 (número 2.847-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não-remunerada, tendo Pareceres favoráveis sob números 493, 949 e 950, das Comissões de Segurança Nacional; de Projetos do Executivo e de Finanças.

Na sessão extraordinária do dia 5 do corrente, foi aprovado Requerimento do nobre Senador Daniel Krieger, de destaque para rejeição do art. 6º do Projeto.

Uma vez aprovado esse requerimento e destacado portanto rejeitado o art. 6º, passou-se à votação do projeto, verificando-se falta de número.

Assim, vai-se proceder à votação do projeto, dele já excluído o art. 6º. Em votação, em escrutínio secreto pelo processo eletrônico. (Pausa)

O SR. AARAO STEINBRUCH:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, indagar de V. Exa. se, já tendo sido aprovado o destaque para rejeição do art. 6º, o projeto terá de voltar necessariamente à Câmara dos Deputados e se o prazo do Ato Institucional não estaria esgotado. Trata-se de projeto oriundo de mensagem do Poder Executivo e parece-me que estamos com o prazo a extinguir.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A volta do projeto à Câmara dos Deputados é necessária, diante da aprovação do destaque. Quanto ao prazo, entende esta Presidência que ainda se acha dentro dele, porquanto a informação que recebeu foi a de que o período correspondente ao recesso não seria computado para a matéria que já tinha sido objeto de deliberação pela Câmara dos Deputados e que se achava no Senado.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o projeto. (Pausa.) Vai-se proceder à apuração. (Pausa.) Votaram sim 37 Srs. Senadores, votaram não 3 Srs. Senadores. Houve uma abstenção. O projeto foi aprovado e irá a Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 1965

(Nº 2.847-B-65, na Casa de origem) Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não-remunerada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O militar que, no Teatro de Operações da Itália, integrou a Força Expedicionária Brasileira ou o 1º Grupo de Caça, foi condecorado com a Medalha de Campanha da FEB ou Medalha de Campanha da Itália, e, licenciado do serviço ativo, encontra-se na reserva não-remunerada, será promovido ao posto ou graduação imediatos, acima do que possui nesta data.

Art. 2º Igual direito é concedido ao militar da Marinha de Guerra da reserva não-remunerada, condecorado com a Medalha de Serviços de Guerra e que, embarcado, participou de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, comboio ou patrulha.

Art. 3º Não será promovido o militar que:

- a) estiver sujeito a processo no foro civil ou militar, ou cumprindo pena;
- b) desempenhar na vida civil atividades incompatíveis com a sua qualidade de oficial e graduado da Reserva das Forças Armadas;
- c) professor doutrinas nocivas à disciplina e à ordem pública, ou adotar princípios contrários às instituições sociais e políticas reinantes no País;
- d) incorrer em falta que desabone a sua qualidade de oficial ou graduado da Reserva das Forças Armadas.

Art. 4º A promoção far-se-á mediante requerimento do Ministro Militar a cujo Ministério esteve o militar vinculado durante a Segunda Grande Guerra, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) diploma da medalha referida nos art. 1º e 2º;
- b) patente, no caso de oficiais, ou Certificado de Reservista, no de praças;
- c) atestado de que satisfaz as condições do art. 3º, fornecido pela respectiva comissão de promoções.

Art. 5º E' assegurada a promoção post mortem requerida pelos familiares ou dependentes do militar falecido.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, em caso algum haverá promoção além do posto de capitão ou equivalente, para os oficiais, e de subtenente ou equivalente, para as praças.

Art. 7º As promoções com base nesta Lei não importam em qualquer vantagem pecuniária.

Art. 8º O disposto na presente Lei, bem como na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, aplica-se aos reservistas da Marinha de Guerra, ex-inte-

grantes da Divisão Naval em operações de guerra, que participaram da primeira guerra mundial uma vez sejam portadores de condecorações militares por tal motivo.

Art. 9º O ex-combatente da F.E.B., do 1º Grupo de Caça da F.A.B. ou da Marinha de Guerra, que se encontra na reserva não-remunerada, portador da "Medalha de Campanha", "Medalha de Campanha da Itália" ou que tenha participado de operações de guerra em comboio e patrulhamento, portador de diploma de curso superior, devidamente registrado em repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, será incluído, com o posto de 2º Tenente da Reserva não-remunerada na arma ou serviço de origem ou em quadro compatível com seu curso e nível universitário, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Quando o currículo escolar do curso acima referido for de duração igual ou superior a quatro (4) anos, o ex-combatente em apreço, ao ser incluído como 2º Tenente da Reserva, será, no mesmo ato, promovido ao posto de 1º Tenente da Reserva não-remunerada, do respectivo quadro, arma ou serviço.

Art. 10. O ex-combatente da FEB reformado por incapacidade, proveniente de ferimentos verificados ou molestia adquirida ou agravada em zona de combate, que perceba proventos correspondentes à graduação ou posto imediatamente superior ao seu, nos termos da parte final do art. 2º do Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, será confirmado nessa graduação ou posto.

Art. 11. Os Ministérios Militares expedirão normas referentes ao processamento do constante na presente Lei.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2º:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 147, de 1965 (nº 2.939-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que aplica disposições das Leis números 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e 3.765, de 4 de maio de 1960, Oficiais-Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 71, nº III, do Regimento Interno), tendo Pareceres (orais) favoráveis das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

A votação será feita em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Val se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram sim, 32 Srs. Senadores; votaram não, 5 Srs. Senadores; houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 1965

(Nº 2.939-B-65, na Casa de origem)

Aplica disposições das Leis números 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais-Engenheiros da Reserva de Segunda Classe da Aeronáutica, convocados para o serviço ativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' assegurado aos Oficiais Engenheiros da Reserva de Segunda Classe da Aeronáutica, convocados para o serviço ativo, que estejam há

10 (dez) ou mais anos em atividade ininterrupta, o direito de contribuir para a Pensão Militar e o de serem transferidos para a inatividade nos termos das Leis ns. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e 3.765, de 4 de maio de 1960.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 3º:

Votação, em turno único, do Parecer nº 794, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 249, de 12 de março de 1965, em que o Sr. Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, solicita licença para instauração de processo criminal contra o Sr. Senador Nelson Maculan (parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta com ressalvas dos Srs. Senadores Josaphat Marinho, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves e Alcysto de Carvalho).

De acordo com o deliberado anteriormente, a matéria será votada em sessão secreta.

Assim, solicito dos Srs. Funcionários as indispensáveis providências para que o fato se verifique.

A sessão torna-se secreta às 16 horas e 10 minutos e volta a ser pública às 17 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão pública.

Acha-se presente na Casa o Senhor Manoel da Silva Dias, suplente convocado para substituir, durante a sua licença, o nobre Senador José Cândido. S. Exª irá, neste instante, prestar o compromisso regimental para assumir o exercício do mandato.

A Presidência designa os nobres Senadores Barros Carvalho, Josaphat Marinho e Joaquim Parente, para, em Comissão, introduzirem no plenário o Sr. Manoel da Silva Dias.

(Acompanhado da Comissão, da entrada no recinto, presta o compromisso regimental e assume seu lugar no plenário o Sr. Senador Manoel da Silva Dias) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

OFÍCIO

Em 11 de agosto de 1965

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Piauí, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Social Democrático.

Atenciosas saudações. — Manoel da Silva Dias.

Nome parlamentar: Manoel Dias.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1965, de que foi Relator o Sr. Senador Edmundo Levi.

A Emenda-Destaque do Plenário ao art. 6º é a seguinte:

"Suprima-se o art. 6º do Projeto".

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi aprovada.

O Projeto votará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar a matéria naquela Casa, designo o Sr. Senador José Guimard. (Pausa.)

— E' a seguinte a redação final aprovada.

PARECER

Nº 983, de 1965

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 129, de 1965 (nº 2.847-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1965 (nº 2.847-B, de 1965, na casa de origem), que promove os militares veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Josaphat Marinho, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Heribaldo Vieira.

ANEXO AO PARECER Nº 983, DE 1965

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 129, de 1965 (nº 2.847-B-65, na Casa de origem), que promove os militares veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

EMENDA Nº 1

(destaque de Plenário)

Ao art. 6º.

Suprima-se o art. 6º do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 11 da pauta:

Discussão, em turno único, das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1955, de autoria do Senhor Senador Moura Andrade, que autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou "vouchers", e dá outras providências, tendo Pareceres sob números 923 e 924, de 1965, das Comissões:

— De Economia, favorável;

— De Finanças, favorável, sugerindo à Comissão de Redação ao elaborar o texto final, substituir no art. 8º a denominação "Superintendência da Moeda e do Crédito" por "Banco Central da República do Brasil".

As emendas da Câmara foram substanciadas em substitutivo integral.

O SR. MEM DE SA:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SA:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, queria chamar a atenção de V. Exª e da

Casa para o seguinte: no espelho distribuído aos Srs. Senadores figura que as emendas da Câmara tiveram parecer favorável das Comissões, com a recomendação da Comissão de Finanças para a Comissão de Redação modificar a denominação "Superintendência da Moeda e do Crédito" por "Banco Central da República do Brasil".

Mas foi omitida a parte mais importante do parecer da Comissão de Finanças, de que tive a honra de ser relator. A Comissão de Finanças propõe que o substitutivo seja aceito, com a supressão de uma parte do artigo 5º. Na Câmara, não houve aprovação de substitutivo. Na Câmara foram apresentadas diversas emendas ao projeto vindo do Senado, emendas que foram aprovadas. A Câmara, porém, ao invés de remeter ao Senado apenas o texto das emendas por ela aprovadas, o fez na forma de um substitutivo, encaixando as emendas no texto do projeto.

Nos termos regimentais, porém, há a considerar as emendas, uma a uma.

O meu Parecer foi no sentido de ser aprovado o § 2º do artigo 5º, com a supressão de uma parte. Esta supressão se torna necessária porque o § 2º do art. 5º estabelece que os estabelecimentos bancários que infringirem determinados dispositivos ficarão sujeitos a multa que será aplicada pela Diretoria de Rendas Internas mediante processo instaurado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, por intermédio da Inspeção Geral de Bancos.

Ora, com a aprovação da reforma bancária, nada mais disto tem cabimento. De acordo com a lei aprovada no fim do ano passado, as multas são aplicadas pelo Banco Central. Não há mais Superintendência da Moeda e do Crédito nem há cabimento para que a multa seja aplicada pela Diretoria das Rendas Internas.

De modo que me parece indispensável sejam aceitas as emendas, porém, com a supressão da parte indicada em meu Parecer, referente ao § 2º, do artigo 5º. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores irão votar, em primeiro lugar, as emendas da Câmara dos Deputados, sem prejuízo da Emenda nº 2, da Comissão de Economia.

Os Srs. que aprovam as emendas da Câmara dos Deputados, redigidas em forma de substitutivo, salvo a Emenda nº 2, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Estão aprovadas.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 1955

Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades o livro "Diário de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou vouchers, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os bancos e casas bancárias que adotem o sistema de "partidas" ou vouchers e instituírem em suas contabilidades o livro "Balancetes Diários e Balanços", revestindo-os das formalidades exigidas e escriturando-os de acordo com as normas desta lei, ficam dispensados de obrigatoriedade de ter o livro Diário, para todos os efeitos previstos nas leis comerciais e fiscais.

Art. 2º O livro "Balancetes Diários e Balanços" será escriturário de modo a registrar:

I — a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo credor ou devedor, em forma de balancetes diários.

II — os balanços gerais do estabelecimento e a demonstração de sua conta de lucros e perdas.

Art. 3º Os assentamentos contábeis representados por "partidas" ou "vouchers" deverão ser redigidos a mão, utilizando-se tinta permanente ou lápis tinta, ou então datilografados e, especificar, com clareza e sem rasuras, o histórico da operação, os débitos e créditos, além dos demais elementos necessários à sua individualização. Esses vouchers ou "partidas", que também poderão ser parciais, impressos, serão organizados na conformidade das exigências e das condições de segurança que vierem a ser estabelecidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 4º Os registros feitos no livro "Balancetes Diários e Balanços", desde que devidamente documentados, e quando concordes com os apANHADOS e assentamentos constantes dos livros auxiliares, têm a mesma validade probante daqueles lançados no livro "Diário".

Art. 5º O livro "Balancetes Diários e Balanços", que poderá ser escriturário a mão, utilizando-se tinta permanente ou lápis tinta, ou datilografado, sem rasuras ou emendas, será constituído de folhas encadernadas, numeradas tipograficamente, e deverá ser registrado na rubrica competente com os respectivos termos de abertura e encerramento. Quando datilografado ou escriturário a lápis tinta, o livro será de tipo copilador, operando-se a escrituração pelo processo de deslize. Nesse livro serão inseridos, em ordem cronológica, os "Balancetes Diários e Balanços", bem como a discriminação de conta de "Lucros e Perdas".

§ 1º Do modelo de balancetes e balanços adotado pelo estabelecimento bancário, deverão constar:

I — os nomes, por extenso, das diversas contas usadas pelos estabelecimentos, ordenadas, tanto quanto possível, de acordo com o art. 135 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963;

II — colunas de débito e crédito para registro do movimento diário;

III — colunas para anotação dos saldos devedores e credores.

§ 2º Dentro de 60 dias de implementação do balanço anual ou dos balanços semestrais, o livro "Balancetes Diários e Balanços" será apresentado para o respectivo "visto" ao Juiz competente sob cuja jurisdição estiver a sede do estabelecimento. A falta do "visto", bem como o atraso da escrituração do livro "Balancetes Diários e Balanços" por mais de 15 dias, sujeitará o estabelecimento bancário à multa de Cr\$ 50.000.00 (cinquenta mil cruzeiros) que será aplicada pela Diretoria das Relações Internas, mediante processo instaurado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, por intermédio da Inspeção Geral de Bancos. Em caso de reincidência será o estabelecimento bancário assistido por um inspetor até a regularização do referido livro;

Art. 6º Todos os papéis e documentos referidos nesta lei serão autenticados pelos contadores ou guardalivros, os quais ficarão responsáveis, civil e criminalmente, pelos erros na escrituração dos mesmos.

Parágrafo único. A responsabilidade dos contadores e guardalivros não exclui a dos diretores e gerentes por procedimento doloso ou culposos.

Art. 7º É facultado aos estabelecimentos bancários, para atualização de sua escrituração, desde que satisficam as exigências desta lei, aplicar o processo ora instituído ao seu movimento anterior, a partir do último dia em que estiver "assentado" o seu "Diário", que será, nessa hipótese, encerrado mediante termo firmado pela Administração e pelo Contador do estabelecimento.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação, devendo a Superintendência da Moeda e do Crédito expedir as normas regulamentares que entender necessárias à rigorosa e eficiente execução de seus dispositivos, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Senhores Senadores irão votar agora a Emenda nº 2, salvo as seguintes expressões:

"... de Cr\$ 50.000, que será aplicada pela Diretoria das Relações Internas, mediante processo instaurado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, por intermédio da Inspeção Geral de Bancos. Em caso de reincidência será o estabelecimento bancário assistido por um inspetor até a regularização do referido livro".

Os Senhores Senadores que aprovam a Emenda nº 2, salvo essas expressões, queram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam essas expressões queram permanecer sentados. (Pausa).

Rejeitada.

Os Srs. Senadores irão votar agora o parecer da Comissão de Finanças, na parte em que estabelece que a Comissão de Redação, ao elaborar o texto final e constituir os autógrafos para a promulgação da lei, substitua no art. 8º a denominação "Superintendência da Moeda e do Crédito" pelo nome do novo órgão de crédito, criado pela reforma bancária "Banco Central da República do Brasil".

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Finanças, nesta parte, queram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovando. O projeto irá a Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1964, de autoria do Senador Jefferson de Aguiar, que revoga o art. 18 e seus parágrafos da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Civil e Militar, cria o Fundo Nacional de Investimentos e dá outras providências), tendo Pareceres, sob nº 288, 289 e 290, de 1965, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela audiência do Ministério da Fazenda; 2º pronunciamento: pelo rejeição.

— de Economia, pelo rejeição. Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria será votada em escrutínio secreto.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário, porém admite a constitucionalidade da matéria; o parecer da Comissão de Finanças é contrário.

Vai-se proceder à votação, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "sim", 4 Srs. Senadores; votaram "não", 29 Srs. Senadores e houve duas abstenções.

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 73, DE 1963

Revoga o art. 18 e seus parágrafos da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o art. 18 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SENHOR PRESIDENTE (Moura Andrade) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 1964 (nº 2.504-C-63 na Casa de origem) que concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, tendo Pareceres favoráveis (nº 897 a 899, de 1965) das Comissões:

— de Constituição e Justiça;

— de Educação e Cultura; e

— de Finanças.

Sua discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Vai-se passar à votação, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "sim", 29 Srs. Senadores; votaram "não", 3 Srs. Senadores. Houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado e irá a Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 254, DE 1964

Concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei nº 1.154, de 4 de dezembro de 1950, combinado com o art. 16 da Lei nº 1.869, de 13 de junho de 1953, da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 10 da Lei nº 1.254 citada, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item nº 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 317, de 1964 (nº 1.153, de 1963, na Casa de origem), que dispõe sobre gratificação especial de Representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tendo Pareceres (números 933 a 937 de 1965 das Comissões);

tendo Pareceres da Comissão favoráveis ao Projeto e à Emenda (nºs 247, 931 e 932, de 1965), das Comissões de:

— Constituição e Justiça e

— Finanças.

O projeto está em fase de votação. Há um engano no enunciado dos auxílios da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores já podem votar o projeto, sem prejuízo da emenda. — (Pausa).

Vai-se proceder à apuração.

(Pausa).

Votaram "sim", 31 Srs. Senadores; "não", 2 Srs. Senadores e houve duas abstenções.

O projeto foi aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 316, DE 1964

(Nº 1.154-B-63, na Câmara)

Concede isenção de impostos de importação e de taxas aduaneiras para importação de um órgão eletrônico e demais equipamentos doados à Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, e emolumentos consulares à Mitra Diocesana de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, para o desembaraço alfândegário de um órgão eletrônico modelo Symphonie-700, marca "Horner" e seus equipamentos.

Art. 2º O órgão a que se refere o art. 1º destina-se à Catedral Diocesana de Santa Cruz do Sul e foi adquirido por doação da "Jesuitenmission Fuer Japan", com sede na Cidade de Colônia, na Alemanha.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a emenda, de autoria do Sr. Senador Edmundo Leal, que manda excluir do art. 1º as expressões "inclusive a de Previdência Social".

Os Senhores Senadores já podem votar.

(Pausa).

Vai-se proceder à apuração.

(Pausa).

Votaram "Sim" 29 Senhores Senadores e "Não" 6. Houve uma abstenção.

A emenda foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — O projeto vai à Comissão de Redação.

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 317, de 1964 (nº 3.810-B-82, na Casa de origem), que dispõe sobre gratificação especial de Representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tendo Pareceres (números 933 a 937 de 1965 das Comissões);

— De Serviço Público — 1º pronunciamento: pela rejeição; 2º pronunciamento: favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 e 2-CSPC;

— De Finanças — 1º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério das Relações Exteriores; 2º pronunciamento: depois de cumprida a diligência, pro-

pondo a volta do Projeto à Comissão de Serviço Público Civil; 3º pronunciamento: favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Serviço Público Civil.

Em discussão o projeto com as emendas.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

(Pausa.)

Procede-se à votação.

Vai-se proceder à apuração.

(Pausa.)

Votaram "Sim" 23 Srs. Senadores; votaram "Não" 12 Srs. Senadores. Houve uma abstenção. O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 317, DE 1964

(Nº 3.810-62, na Câmara)

Dispõe sobre gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As funções de direção, assessoramento, secretariado e outras previstas no regimento do Ministério das Relações Exteriores são criadas por decreto do Executivo, e a elas atribuídos, observados os recursos orçamentários próprios, uma gratificação especial de representação que variará, de acordo com seus encargos e responsabilidades, entre 40 % e 30 % sobre a remuneração do diplomata ou o vencimento do funcionário.

Art. 2º A escala-padrão percentual correspondente à gratificação a que se refere o artigo será fixada por decreto do Executivo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Vai-se passar à votação das emendas de autoria da Comissão de Serviço Público Civil.

As emendas são as seguintes:

Emenda nº 1, ao art. 1º

Onde se lê:

entre 40 % e 30 %,

leia-se:

entre 20 % e 15 %.

A Emenda nº 2, manda suprimir do art. 1º, as seguintes palavras:

"especial de representação".

Aprovadas essas emendas, onde a gratificação especial de representação variava, de acordo com os seus encargos e responsabilidades, entre 40 % e 30 %, sobre a remuneração do diplomata, pela Emenda nº 1, passará a variar entre 20 % e 15 %.

Pela emenda nº 2, são suprimidas as palavras "especial de representação" no art. 1º, com o que a gratificação não será apenas especial de representação, mas será uma gratificação menor, não mais uma gratificação maior, sobre uma representação de natureza especial.

As emendas receberam pareceres favoráveis das Comissões. (Pausa)

Em votação as emendas, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação)

Vai ser feita a apuração. (Pausa)

Votaram sim 23 Srs. Senadores; não, 2 Srs. Senadores. Houve três abstenções.

As emendas foram aprovadas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto irá à Comissão de Redação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Último item da Ordem do Dia:

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1965, nº 1.690-C-60, na Casa de origem, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, que altera os limites de idade previstos na Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 — Lei de Inatividade dos Militares, tendo Parecer Favorável sob nº 840 de 1965 da Comissão de Segurança Nacional.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação o projeto em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram sim 22 Srs. Senadores; não, 9 Srs. Senadores. Houve cinco abstenções.

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1965.

(Nº 1.690-C-60, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959 que altera os limites de idade previstos na Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 — Inatividade dos Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O limite de idade para permanência dos oficiais dos corpos de saúde — quadros de médicos, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas e veterinários — e de intendentes das Forças Armadas no serviço ativo, previsto no art. 16 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, será acrescido a partir de 1º de janeiro de 1959 de 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos, respectivamente, para os postos de primeiro-tenente, capitão ou equivalente, maior ou equivalente, tenente-coronel médico ou equivalente.

Parágrafo único. Os benefícios desta Lei atingem todos quantos, em 1º de janeiro de 1959, estavam alcançados pelo limite de idade prevista para permanência na ativa, previsto pela legislação anterior e que, por isso, já se encontram na reserva."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE.

(Moura Andrade) — Na hora do Expediente foi lido requerimento número 541 do nobre Senador Paulo Barros, pelo qual solicita que o Senado designe um de seus Membros para representá-lo nas comemorações

do transcurso do Dia do Município de Alegre, 15 de agosto, data magna daquela cidade, em que se comemora Nossa Senhora da Penha e que constitui um fato histórico do Estado do Espírito Santo.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Presidência designa o nobre Senador Paulo Barros para representar o Senado Federal nas festividades da fundação daquele Município.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No Expediente, foi lido requerimento, que recebeu o nº 545, pelo qual os Srs. Senadores Daniel Krieger, Barros de Carvalho, Lino e Matos e Mem da Silva solicitam, nos termos do Art. 26, alínea 5-b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 151 de 1965 que modifica o Art. 11 e seus parágrafos, da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovado.

Em consequência, passa-se imediatamente à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151-65

(Nº 2.948-C-65, na Casa de origem)

Modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

A matéria depende de Parecer da dita Comissão de Finanças.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente não tenho em mãos o projeto, não sei o que vou votar dentro da urgência que acabou de ser concedida pelo Plenário.

Solicitação que fosse providenciada a distribuição, pelas bancadas, de exemplar do projeto que vai ser votado em urgência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou suspender a sessão por alguns minutos, a fim de que sejam tomadas providências para distribuição dos avulsos aos Srs. Senadores, a fim de que possam discutir e votar a matéria para a qual foi concedida urgência.

Está suspensa a sessão por alguns minutos.

— Suspensa às 13 horas, a sessão é reaberta às 18 horas e 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Antes de passar à matéria em regime de urgência, a Presidência, nos termos do Regimento Interno, deverá informar o resultado da sessão secreta, a fim de que conste da Ata da sessão do dia de hoje.

O resultado deve ser anunciado publicamente.

Na sessão secreta foi apreciado o pedido de licença para processar o Sr. Senador Nelson Maculan

O Senado, presentes 42 Srs. Senadores, recusou a licença por 21 votos contrários, 18 favoráveis, sendo que houve 3 votos em branco. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, requerimento que será lido em seguida ao projeto de lei já anunciado, submetido à deliberação da Casa.

Tem a palavra o nobre Senador Wilson Gonçalves, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, acabo de chegar de viagem e colho a informação de que havia sido designado para Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 151-65, que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493 de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

Pelo enunciado na proposição sente-se que se trata de matéria da mais alta relevância que exige necessariamente um estudo mais demorado a fim de que se possa emitir uma opinião segura e acertada.

Nestas condições e não obstante haver sido solicitada e deferida pelo Plenário urgência para a matéria solicitaria de V. Exª me fosse concedido um prazo não inferior a 12 horas para que pudesse examiná-la e oferecer o respectivo parecer, que é do meu dever. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu o que acaba de ser requerido pelo nobre Senador Wilson Gonçalves. Assim a matéria para a qual foi concedida urgência, constará da Ordem-do-dia da sessão ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Irineu Bornhausen encaminhou à Mesa requerimento, aprovado na sessão de 5 de agosto de 1965 solicitando a constituição de uma Comissão de Senadores a fim de representar o Senado Federal no III Simpósio Nacional de Turismo, a realizar-se a partir de amanhã 12 de agosto no Rio de Janeiro. A Presidência fará a referida designação assim que forem encaminhados à Mesa pelos Senhores Líderes os nomes dos representantes das respectivas bancadas e, em seguida, dará ciência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, às 21.30 horas, realizar-se-á sessão do Congresso Nacional para continuação de apreciação de vetos do Senhor Presidente da República.

Vou encerrar a sessão designando para a próxima sessão ordinária, amanhã, a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão de 12 de agosto de 1965

(Quinta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1965 nº 2.948-C de 1965 na Casa de origem) que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências (Subvenções) — em regime de urgência, nos termos

do artigo 320 nº 5.º, do Regimento Interno, dependendo de pronunciamento da — Comissão de Finanças.

2
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1965 (nº 4.583-C de 1962 na Casa de origem) que inclui, no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, e dá outras providências, tendo — Parecer favorável, sob nº 955, de 1965, da — Comissão de Polígono das Secas.

3
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de

1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 190-A, de 1964, na Casa de origem), que mantém o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, do pagamento de Cr\$ 36.785,40 a Luzir de Castro, da Alfândega de Fortaleza (Ce), correspondente a percentagem de 10% estipulada no artigo 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 1946, tendo — Pareceres favoráveis sob nºs 944 e 945, de 1965, das Com. de: — Constituição e Justiça e — Finanças.

4
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de

1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 191-A, na Casa de origem) que mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a termo aditivo de acordo para execução de obras, celebrado entre o Governo do Estado do Amazonas e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) tendo — Pareceres Favoráveis sob nºs 946 e 947, de 1965, das Comissões de: — Constituição e Justiça e — Finanças.

5
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de

1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 213-B de 1965 na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964, tendo — Pareceres (nºs 846 a 850, de 1965) das Comissões — de Relações Exteriores, favorável; — de Agricultura, favorável, com restrição; — de Indústria e Comércio, favorável, com restrição; — de Economia, favorável e — de Finanças, favorável.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a sessão.

"Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos".

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1965 (C.N.)

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1965 (INSTALAÇÃO)

Aos onze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às 15,30 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, José Feliciano, José Leite, Lobão da Silveira, Edmundo Levi, José Ermirio, Mem de Sá, Celso Branco e Paulo Barros, e, os Senhores Deputados Tancredo Neves, Lauro Leitão, Matheus Schmidt, Correia da Costa, Ezequias Costa, Italo Fittipaldi e Aniz Badra, reúne-se a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1965 (C.N.), que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

Deixam de comparecer, o Senador Josaphat Marinho e os Senhores Deputados Aluísio de Castro, Cesar Prieto, Clóvis Mota e José Bonifácio.

De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 81, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado de conformidade com o art. 53 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente anuncia que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Menezes Pimentel convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador José Feliciano.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Mem de Sá	13 votos
Senador Celso Branco	1 voto
Em Branco	2 votos

Para Vice-Presidente

Deputado Clóvis Mota	14 votos
Em Branco	2 votos

São declarados eleitos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, o Senhor Senador Mem de Sá e o Senhor Deputado Clóvis Mota.

ATAS DAS COMISSÕES

O Senhor Mem de Sá agradece a seus pares a honra com que foi distinguido, prometendo exercer a elevada função em estreito entendimento com os demais membros da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Presidente designa o Senhor Deputado Lauro Leitão para relator da matéria e comunica aos Senhores membros da Comissão que as emendas deverão ser encaminhadas à Secretaria da Comissão, décimo primeiro andar do Anexo do Senado Federal nos dias 12 (doze), 13 (treze), 16 (dezesesseis), 17 (dezesete) e 18 (dezoito) de agosto do corrente ano.

A seguir, usa da palavra o Senhor Deputado Lauro Leitão que agradece a escolha de seu nome para relator da matéria.

O Senhor Presidente, Senador Mem de Sá, sugere à Comissão — adotar como normas disciplinares de seu trabalho, o padrão que tem sido aceito nas outras Comissões Mistas.

Submetida à discussão e votação, é a proposta do Senhor Presidente aprovada.

São as seguintes, as normas disciplinares aprovadas pela Comissão.

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra "a", do art. 5º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a", do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação, de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a julgo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram à matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e,
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 9º destas normas.

Art. 12. Ultrapassada a votação, o Relator redigirá o vencimento, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação do Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (CN), art. 8º, letra b).

Art. 15. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Auxiliar Legislativo do Secretário do Senado Federal, e, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondin (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Tôres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Atilio Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. Edmundo Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Tôres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65
Sem legenda	1
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

FSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Melo (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante

Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD

TITULARES
Eugênio Barros
José Leite

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

PTB

José Ermirio
Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

Lopes da Costa
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD

TITULARES
Jefferson de Aguiar
Antonio Balbino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedicto Valladares

Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PTB
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfredo Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Raul Giuberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfredo Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irineu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

COMISSÃO MISTA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD
Vaga — PSD
Siegfredo Pacheco — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Edmundo Levi — PTB
Adolpho Franco — UDN
João Agripino — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — Sem legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD
Aderbal Jurema — PSD
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo Deputado Arnaldo Nogueira)
Heltor Dias — UDN
Doutel de Andrade — PTB
Arnaldo Cerdeira — PSP
Juarez Távora — PDC
Ewaldo Pinto — MTR